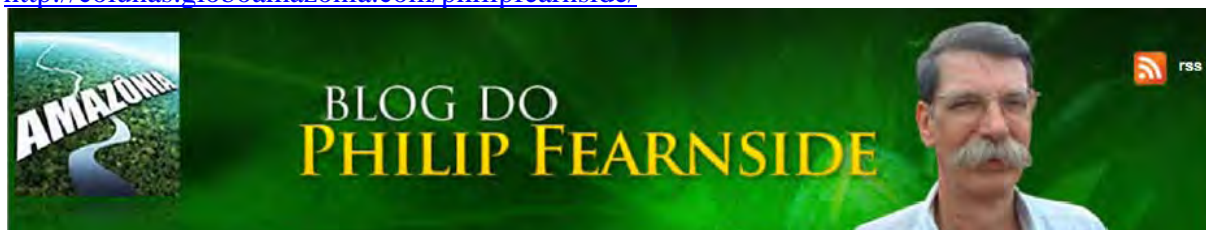


<http://colunas.globoamazonia.com/philipfearnside/>



Globo.com

Globo Amazônia

[philipfearnside](#)

-  [rss do blog](#)

Belo Monte: justificativas goela abaixo

qua, 09/09/09

por Globo Amazônia /

categoria *Uncategorized*

Em 22 de julho de 2009, o Presidente Lula afirmou que “não vai empurrar goela abaixo” a hidrelétrica de Belo Monte (1). É fundamental o debate sobre esta obra: de como ela se insere em questões maiores sobre o desenvolvimento da Amazônia; o uso da energia do País para exportação de alumínio e outros produtos de alto impacto ambiental; e a maneira com que são tomadas as decisões. Com as audiências públicas sobre Belo Monte marcadas para 10-15 de setembro de 2009, essas questões são urgentes.

BELO MONTE COMO INDUTORA DA DESTRUIÇÃO DO XINGU

Nunca se deve perder de vista a questão das barragens planejadas a montante de Belo Monte. O plano original para o rio Xingu compunha um total de seis barragens, a maior sendo a hidrelétrica de Babaquara com 6140 km², extensão duas vezes maior que Balbina ou Tucuruí (2). As cinco barragens acima de Belo Monte, sendo em grande parte em terras indígenas, foram vistas como politicamente inviáveis a partir de outubro de 1988, quando a nova Constituição exigiu a aprovação do Congresso Nacional para qualquer hidrelétrica em área indígena (Artigo 231, Parágrafo 3). E, sobretudo a partir de fevereiro de 1989, quando a manifestação de Altamira deixou claro o grau de resistência local a esses planos. Após a manifestação de Altamira, menções às barragens a montante de Belo Monte sumiram do discurso público da Eletronorte, retornando em 1998, quando a hidrelétrica de Babaquara reapareceu repentinamente, com um novo nome (barragem de Altamira), listada no Plano Decenal de Eletrobrás para o período 1999-2008, com sua conclusão prevista, na época, para 2013, ou sete anos após a conclusão prevista, na época, para Belo Monte (3).

Um estudo de viabilidade e um Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) foram preparados para Belo Monte em 2002 (4). No entanto, decisões judiciais impediram que essa versão do EIA-RIMA fosse oficialmente entregue para aprovação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. As versões de 2002, diferente dos planos dos anos 1980, excluíram do texto cálculos que incluíssem as barragens a montante. No entanto, o texto incluiu a menção explícita de que qualquer barragem a montante a Belo Monte aumentaria bastante a produção de energia da usina (5). Os autores dos 36 volumes do atual EIA-RIMA (6) não mencionaram este detalhe, que diz respeito ao assunto mais básico da discussão sobre Belo Monte: se esta seria, de fato, a única barragem no rio Xingu. Os planos em 2002 foram para uma capacidade instalada de 11.181,3 MW, mas no próximo ano foram consideradas configurações da barragem com 5.500, 5.900 e 7.500 MW, para serem mais razoáveis com a vazão natural do rio Xingu, sem a regulação da vazão por meio de Babaquara/Altamira (7). No entanto, a barragem de Babaquara/Altamira continuou a ser incluída em apresentações dos planos do setor elétrico (8), e verbas foram incluídas no orçamento federal de 2005 para um estudo de viabilidade melhorado da barragem de Altamira/Babaquara.

Em 2005, o Congresso Nacional subitamente aprovou a construção de Belo Monte, sem debate e muito menos com consultas aos povos indígenas, como mencionado na Constituição. A facilidade com que a proteção da Constituição foi rompida no caso de Belo Monte levantou a possibilidade de contar com a regulação do rio Xingu com Babaquara/Altamira. Embora nenhuma conexão com

Babaquara/Altamira seja admitida pelo setor, a evolução dos planos para Belo Monte seguiu exatamente como este autor previu (9): os desenhos revisados com potências mais modestas para Belo Monte foram abandonados, com o plano atual até ultrapassando um pouco a potência prevista no plano de 2002, ficando em 11.233,1 MW.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) divulgou em 17 de julho de 2008 uma resolução dizendo que não seriam construídas mais hidrelétricas no rio Xingu, além de Belo Monte (10). Trata-se de uma notícia muito bem-vinda, mas que pode ser revertida quando chegar o momento no cronograma para construir Babaquara/Altamira. Se for seguir o cronograma previsto no Plano Decenal 1999-2008, este momento chegaria sete anos após a construção de Belo Monte. Assim, há necessidade de uma ferramenta jurídica para que compromissos deste tipo (de não fazer determinadas obras) sejam feitos de forma realmente irrevogável.

A história recente do setor hidrelétrico na Amazônia não é promissora. Há dois casos documentados em que as autoridades desse setor dizem não dar continuidade a determinada obra devido ao impacto ambiental, mas na realidade, quando chegou a hora no cronograma, fizeram exatamente o que haviam prometidos não fazer. De fato, o que aconteceu seguiu os planos originais, sem nenhuma modificação resultante das promessas feitas por preocupações ambientais. Um caso foi o enchimento de Balbina, que era para permanecer durante vários anos na cota de 46 metros acima do nível do mar, mas foi diretamente enchido, além da cota originalmente prevista de 50 metros (11). O outro caso foi Tucuruí-II, onde a construção foi iniciada em 1998, sem um EIA-RIMA, baseado no argumento (duvidoso) de que sua construção não ocasionaria impacto ambiental, por não aumentar o nível da água acima da cota de 70 metros de Tucuruí-I, mas, na realidade, a partir de 2002 o reservatório simplesmente foi operado na cota de 74 metros conforme o plano original (12). Estes casos (Balbina e Tucuruí-II) são paralelos a atual situação de Belo Monte e a promessa de não construir Babaquara/Altamira.

[Saiba mais sobre o autor](#)

Referências bibliográficas:

- (1) Peduzzi, 2009
- (2) Brasil, ELETROBRÁS, 1987.
- (3) Brasil, ELETROBRÁS, 1998, p. 145

- (4) Brasil, ELETRONORTE, 2002, s/d [2002]
- (5) Brasil, ELETRONORTE, s/d [2002], p. 6-82
- (6) Brasil, ELETROBRÁS, 2009
- (7) Pinto, 2003
- (8) e.g., Brasil, MME-CCPESE, 2002; Santos, 2004
- (9) Fearnside, 2006a
- (10) OESP, 2008
- (11) Fearnside, 1989
- (12) ver Fearnside, 2001, 2006a

. Sobre o autor

O ecólogo Philip Fearnside é pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e faz trabalhos na maior floresta tropical do mundo há mais de três décadas.

LITERATURA CITADA

Brasil, ELETROBRÁS. 1987. *Plano 2010: Relatório Geral, Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010 (Dezembro de 1987)*. Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRÁS), Rio de Janeiro-RJ. 269 pp.

Brasil, ELETROBRÁS. 1998. *Plano Decenal 1999-2008*. Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRÁS). Rio de Janeiro-RJ.

Brasil, ELETROBRÁS. 2009. *Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte: Estudo de Impacto Ambiental*. Fevereiro de 2009. Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRÁS). Rio de Janeiro-RJ. 36 vols.

Brasil, ELETRONORTE. 2002. *Complexo Hidrelétrico Belo Monte: Estudos de Viabilidade, Relatório Final*. Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE), Brasília-DF. 8 vols.

Brasil, ELETRONORTE. s/d [2002]. *Complexo Hidrelétrico Belo Monte: Estudo de Impacto Ambiental- E I A. Versão preliminar*. Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE), Brasília-DF. 6 vols.

Brasil, MME-CCPESE. 2002. *Plano Decenal de Expansão 2003-2012: Sumário Executivo*. Ministério das Minas e Energia, Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricas (MME-CCPESE), Brasília-DF. 75 pp.

Fearnside, P.M. 1989. Brazil's Balbina Dam: Environment versus the legacy of the pharaohs in Amazonia. *Environmental Management* 13(4): 401-423.

Fearnside, P.M. 2006a. Dams in the Amazon: Belo Monte and Brazil's hydroelectric development of the Xingu River Basin. *Environmental Management* 38(1): 16-27.

OESP. 2008. **Governo desiste de mais hidrelétricas no Xingu**. *O Estado de São Paulo (OESP)*, 17 de julho de 2008, p. B-8.

Peduzzi, P. 2009. Lula não empurrará projeto de construção de usina "goela abaixo" de comunidades, diz Cimi. Agência Brasil. 22 de julho de 2009

Pinto, L.F. 2003. Corrigida, começa a terceira versão da usina de Belo Monte. *Jornal Povo* [Belém] 28 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.amazonia.org.br/opiniao/artigo_detail.cfm?id=90328.

Santos, W.F. 2004. Os empreendimentos hidrelétricos na Amazônia. II Feira Internacional da Amazônia, II Jornada de Seminários Internacionais sobre Desenvolvimento Amazônico, Manaus, Amazonas, 17 de setembro de 2004 (apresentação powerpoint).